



OS BENEFÍCIOS DO SABER ESCOLAR PARA OS “HOMENS DE COR” (*O EXEMPLO/ RS, 1892-1905*)

LOS BENEFICIOS DEL SABER ESCOLAR PARA LOS “HOMBRES DE COLOR” (*O EXEMPLO/ RS, 1892-1905*)

THE BENEFITS OF SCHOOL-BASED EDUCATION FOR “MEN OF COLOR” (*O EXEMPLO/RS, 1892-1905*)

Ricardo Costa de Sousa
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
ricardo.sousa@unir.br

Resumo: O artigo intenta analisar “os benefícios do saber escolar para os homens de cor” a partir das representações circunscritas no jornal *O Exemplo*, hebdomadário publicado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, por um grupo de intelectuais negros. A análise se deteve no recorte temporal de 1892 a 1905, compreendido como primeira e segunda fases do hebdomadário, que se configura na perspectiva da História da Educação, por ser um campo multifacetado e pluridisciplinar que passou a questionar as formas tradicionais de representação dos “homens de cor” na escola. O artigo persegue a seguinte pergunta: Como a editoria e seus colaboradores inscrevem a escola, a instrução e o conhecimento em contraposição à ignorância em *O Exemplo*? Para responder à pergunta, tomaram-se as contribuições teóricas e metodológicas da História Cultural. O artigo evidencia a bandeira levantada pelos editores e colaboradores do jornal *O Exemplo* em prol dos benefícios do saber escolar e, por extensão, da instrução e do conhecimento para o melhoramento moral e intelectual dos “homens de cor” em uma sociedade recém-liberta do período escravocrata.

Palavras-chave: Escola. Homens de cor. Jornal *O Exemplo*.

Resumen: El artículo trata de analizar los beneficios del saber escolar para los “hombres de color” a partir de las representaciones, circunscritas en el periódico “*O Exemplo*”, semanario publicado en la ciudad de Porto Alegre, Rio Grande do Sul - Brasil, por un grupo de intelectuales negros. El análisis se detuvo en el periodo de 1892 hasta 1905, lo cual se configura, dentro de la perspectiva de la Historia de Educación, las dos fases iniciales de ese campo de estudio, caracterizadas por mostrar un espacio multifacético y pluridisciplinario que pasó a cuestionar las formas tradicionales de la representación de los “hombres de color” en la escuela. El artículo persigue la consigna: ¿Como el editorial y sus Colaboradores conciben la escuela, la instrucción y el conocimiento en contraposición de la ignorancia? La pregunta se contesta a partir de las contribuciones teóricas y metodológicas de la Historia Cultural. El artículo demuestra la bandera levantada por los editores y Colaboradores del periódico “*O Exemplo*” a favor de los beneficios del saber escolar, y por extensión, de la instrucción y del conocimiento para el mejoramiento moral e intelectual de “los hombres de color”, en una sociedad recientemente liberada del periodo de la esclavitud en 1988.

Palabras-claves: Escuela; Hombres de Color; Periódico *O Exemplo*.



Abstract: This article aims to analyze “the benefits of school-based education for men of color” based on the representations confined in the newspaper “O Exemplo”, weekly published in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, by a group of black intellectuals. The analysis focuses on the temporal cut of 1892 to 1905, understood as the first and second phases, which is configured from the perspective of the History of Education, as it is a multifaceted and interdisciplinary field that has begun to question the traditional forms of representation of “men of color” in school. The article pursues the following question: How does the editorial staff and its collaborators write about school, instruction, and knowledge in opposition to ignorance in “O Exemplo”? To answer this question, the theoretical and methodological contributions of Cultural History were taken. The article demonstrates the flag raised by the editors and collaborators of the newspaper “O Exemplo” in favor of the benefits of school-based education and, by extension, instruction and knowledge for the moral and intellectual improvement of “men of color” in a society recently freed from the period of slavery.

Keywords: School. Men of color. Newspaper *O Exemplo*.

Introdução

O texto intenta analisar “os benefícios do saber escolar para os homens de cor¹” a partir das representações circunscritas no jornal *O Exemplo*. Esse periódico foi publicado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, entre os anos de 1892 e 1930. Contudo, aqui, a análise se deteve no recorte temporal de 1892 a 1905, compreendido como primeira e segunda fases do periódico totalizando 302 edições, das quais 100 foram utilizadas na investigação – as demais 202 edições não foram localizadas e/ou estão em estado que impede sua leitura. Duas razões indicam essa escolha: a primeira, os textos publicados pela editoria e seus colaboradores estavam direcionados, de forma mais incisiva, aos “homens de cor”; e, a segunda, a inscrição da escola como espaço de instrução e promoção da difusão do conhecimento.

O *corpus* empírico analisado, do referido jornal, encontra-se salvaguardado no Museu de Comunicação Social José Hipólito José da Costa, em seu formato físico. Dadas as lacunas na localização de algumas edições, da primeira e da segunda fase, optou-se por consultar também as edições salvaguardadas no repositório digital Tainacan, em que consta o Acervo da Cultura Afro-Brasileira, aqui, dos exemplares do jornal *O Exemplo*. Logo, tal pesquisa oportunizou o contato com o acervo físico e digital das representações circunscritas nos acervos do jornal *O Exemplo* sobre os benefícios do saber escolar para os “homens de cor”.

1 Neste artigo, optou-se por utilizar a expressão “homens de cor” para identificar um grupo étnico específico, negro, circunscrito nas páginas de diferentes periódicos do século XIX e início do XX, com o qual, no tempo presente, se comprehende a população negra brasileira. A escolha está amparada em pesquisadores do campo das relações étnico-raciais, entre eles Santos (2011), Muller (2013) e Zubaran (2008). Outrossim, a expressão “homens de cor” será utilizada para se referir à “escolarização de crianças e jovens no Brasil entre o século XIX e o século XX”, do número temático deste dossier. Por último, este artigo é um recorte da tese de Sousa (2019) com as devidas supressões e atualizações.



A análise em torno da imprensa, direcionada especialmente para a comunidade negra no Rio Grande do Sul, como é o caso do jornal *O Exemplo*, se configura na perspectiva da História da Educação, por ser um campo “multifacetado e pluridisciplinar” (STEPHANOU; BASTOS, 2011, p. 427). Esse alargamento de temas e objetos “influenciou os procedimentos de escrita da história da educação que também passou a questionar as formas tradicionais de representação dos negros em suas interpretações dos processos educacionais” (FONSECA, 2016, p. 24). Logo, nas últimas décadas do século XXI, as pesquisas em torno da história da educação dos negros no Brasil têm indicado que essa população não estava alheia aos diferentes modos de apropriação da leitura e escrita, visto que essas práticas não se davam exclusivamente na escola. Contudo, a escola continuava a ser considerada esse reduto legítimo.

A partir dessas colocações, o texto persegue a seguinte pergunta: Como a editoria e seus colaboradores inscrevem a escola, a instrução e o conhecimento em contraposição à ignorância em *O Exemplo*? Para responder a essa pergunta, tomaram-se as contribuições teóricas e metodológicas da História Cultural que, segundo Corbin (2005, p. 17), “[...] é feita de recobrimentos, de sedimentações, de inéncias [...]. Ginzburg (2007), outro historiador da cultura, afirma que essa perspectiva teórica tem auxiliado nas análises quando se busca tornar acessíveis e inteligíveis as ações humanas a partir dos registros, sinais, indícios e vestígios, como os materializados no jornal *O Exemplo*. Isso porque não é possível estudar um tempo passado senão por meio das evidências que deixaram algum registro ou que foram objeto de uma descrição muito densa de um estudioso.

Cabe, então, ao historiador da cultura, entender essa complexidade e ter sensibilidade para a compreensão das ações humanas no tempo e no espaço, ou seja, para captar as representações do passado, com as que se encontram inscritas no jornal *O Exemplo* para difundir os benefícios da escola aos “homens de cor”.

Além disso, para melhor compreender os benefícios da escola para os “homens de cor” nas páginas do referido jornal, a partir das lentes da História Cultural, tomou-se o conceito de representação, relevante para este texto, apesar de ser, de acordo com Pesavento (2008, p. 40), um “conceito ambíguo, pois, na relação que estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”. Na mesma direção, para Chartier (2010, p. 49), o conceito de representação “permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais”. Logo,



neste texto, procurou-se discorrer sobre as representações difundidas pela editoria e pelos colaboradores de *O Exemplo* para orientar os “homens de cor” em direção à escola, como também as dos demais autores citados neste artigo.

O termo editoria, aqui, refere-se a um grupo editorial negro, ou seja, aos “homens de cor” que fizeram circular o referido jornal. Em sua primeira fase, estiveram à frente da editoria: Arthur de Andrade, Marcilio Freitas, Sergio Bittencourt, Aurelio Junior, Pedro de Almeida, Antônio E. Bandeira, Alfredo C. de Souza, M. Freitas, Miguel Cardoso e Florencio Calisto. Em sua segunda fase, estiveram à frente: Esperidão Calisto, Tacito Pires, Vital Baptista, Felippe Eustachio e Alcibiades dos Santos (PERUSSATTO, 2021). Na sequência, é válido destacar que o termo “colaborador” irá anteceder o nome do autor que escreveu um texto e o encaminhou ao jornal *O Exemplo* para ser publicado, sendo possível diferenciá-lo dos demais autores citados neste artigo.

Cabe ainda registrar que o estado do Rio Grande do Sul foi politicamente influenciado pelo positivismo francês, tendo sido o jornalista Júlio de Castilho seu líder político. Tal corrente de pensamento atravessa a temática da instrução, amplamente difundida nos discursos governamentais do Rio Grande do Sul, defendendo e inscrevendo a escola como um instrumento disciplinador e moralizador. Nesse sentido, observa-se, por um lado, o compromisso da escola em construir um ser humano disciplinado, atento ao cuidado do corpo e à higiene; e, por outro, a inscrição de que a instrução deveria atender a todas as pessoas indistintamente (SILVA, 2007).

Nesse propósito positivista, a partir da máxima de Comte, tem-se que “o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim” é um conceito-chave para manutenção da ordem social. Assim, caberia à sociedade preocupar-se em denunciar os possíveis desvios e disfunções de ordem social (SILVA, 2007; LACERDA, 2004), e o meio mais eficaz para esse desiderato seria, então, a escola.

Representações de escola segundo os editores e colaboradores do jornal *O Exemplo*

Os editores e colaboradores do jornal *O Exemplo* tiveram, ao longo das fases do periódico, um comprometimento ético com o levantamento intelectual e moral de seus conterrâneos (SOUZA, 2020). Os excertos extraídos desse impresso demonstram isso quando confiam à escola a possibilidade de afastar “das trevas cruéis da ignorância” os “homens de cor”. Nesse sentido, a editoria e os colaboradores do jornal *O Exemplo* afirmam que os “homens de cor” carecem apenas de serem instruídos, como declara a editoria (1892):



Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grão de estudo a que o sujeitemos e, por consequência, que também nos podemos alistar nas cruzadas e empreender lidas pela inteligência, muito embora algum estulto nos queira acoimar, ou seja porque desconheça as nossas legítimas aspirações, ou seja porque faça parte dos doutrinadores que julgam o homem pela cor da epiderme (O Exemplo, 11 de dezembro de 1892).

O excerto escrito pela editoria apresenta, por um lado, representações sobre a incapacidade dos “homens de cor”, em especial devido àqueles que empreenderam esforços a fim de lhes interpor impedimentos legais de acesso ao conhecimento, ou seja, à escola. Por outro lado, deixa evidente que existem homens bem-intencionados a alistarem-se nas “cruzadas” em prol da instrução dos “homens de cor”.

Zubaran (2008, p. 7) questiona as desigualdades étnico-raciais no pós-abolição e explica que o jornal “O Exemplo apresentava-se como porta voz dos ‘homens de cor’ e implicitamente manifestava-se contra o racismo científico”, baseado na cor da pele, bem como em outros determinantes. Assim, os membros da editoria de *O Exemplo* empreenderam estratégias de acesso ao conhecimento, o que possibilitou, como eles mesmos afirmam, “empreender lidas pela inteligência”.

A representação de escola pode ser observada na produção de Bahia (2016), quando registra as recorrências da temática instrução em *O Exemplo* no período de 1892 a 1910. A autora inscreve “a instrução como redentora de todos os males da comunidade negra, referida frequentemente pela metáfora da luz contra a escuridão”, remetendo às ideias iluministas. Isso porque, pelo viés da razão, seria possível solucionar todos os problemas, seguramente, com o estabelecimento de uma escola, “rumo a um futuro mais promissor” (BAHIA, 2016, p. 66).

Para o colaborador Nascimento (1892), as mães têm um papel fundante na vida de sua prole, o de encaminhá-los à escola. Essa ação benéfica significa “fazer a luz nas trevas”, ou seja, afastar as trevas que assombram as mentes obscurecidas pela ignorância, à qual os negros foram, sumariamente, submetidos durante o regime monárquico (O Exemplo, 11 de dezembro de 1892). Logo, encaminhá-los à escola para receber a instrução e a luz do conhecimento contribuiria para seu aperfeiçoamento moral e intelectual. Contudo, a editoria (1893) registra:

Acaba de vir ao nosso conhecimento que algumas escolas públicas da capital recusam abertamente admitir ao ensino crianças *de cor*, outras que, limitando os números destas, mesmo assim maltratam-nas, a ponto de seus pais, em justa indignação, retirarem-nas das aulas. E aí ficam essas crianças atiradas à sociedade de uma ignorância crassa e prejudicial! Mas isso, além de ser um atentado à boa marcha de nossa civilização, é o desprezo por inteiro dos ditames que a lei encerra (O Exemplo, 08 de janeiro de 1893).



A editoria (1893) apresenta três questões que são centrais: a primeira se refere à entrada de “crianças de cor” em escolas públicas; a segunda, ao número reduzido de “crianças de cor” nessas escolas – essa pouca frequência acontecia também devido à necessidade de os filhos em tenra idade contribuírem com sua força de trabalho; e a terceira se refere ao preconceito vivenciado por essas crianças no espaço escolar, o que influenciava no abandono das aulas públicas. Outra grande dificuldade consistia na falta de professores que aceitassem instruir os negros. O abandono, de diversas ordens, segundo a editoria, perpetuava o estado de ignorância vivenciado pelos “homens de cor”. Gil e Grando (2022, p. 6) afirmam que “foram os imperativos do trabalho que afastaram da escola muitas crianças, fazendo circular a ideia de que as classes trabalhadoras eram ignorantes – e por isso não davam valor ao estudo, permitindo a seus filhos abandonarem os estudos”. Esse discurso colabora para dificultar os percursos escolares desses sujeitos. Entretanto, Gil e Grando (2022) insistem em assegurar que, no contexto do Brasil república, tornava-se um imperativo discutir, ou melhor, criar escolas para o povo, em especial, para os pobres (inclusive, aqui, para os “homens de cor”) para que pudessem se instruir. Isso porque, segundo esses autores, uma sociedade civilizada ressoa no progresso da nação e pessoas desocupadas podem ser potencialmente perigosas (GIL; GRANDO, 2022).

Ao que tudo indica, para a época, o regime republicano, em sua aplicabilidade, não assegurou aos “homens de cor” seus direitos, em especial o direito à instrução, à sua frequência à escola. Conforme Santos (2011, p. 124), “a instrução mostrava-se como um passaporte para a mobilidade social e para o conhecimento dos direitos civis, descrita muitas vezes como uma das estratégias políticas disponíveis aos negros”, apenas no discurso corrente.

As práticas de exclusão dos “homens de cor” ou das “crianças de cor”, desencadeadas por aqueles responsáveis por levar “luz e conhecimento”, eram sistematicamente denunciadas pelo jornal *O Exemplo*, como registrado pela editoria (1893):

Se não querem estar em contato com o *negro*, porque aceitam essa missão do governo, e que é, de algum modo, remunerada com o suor do mesmo *negro*? Miséria! O governo que tem criado aulas públicas, onde possam os filhos do povo encontrar os rudimentos fundamentais para um mais proveitoso estudo, não cogitou da separação ou exclusão de classes, por diversidade de raças (*O Exemplo*, 08 de janeiro de 1893).

O questionamento apresentado manifesta a inconformidade diante daqueles que deveriam oferecer escolas e prover instrução a todas as raças, o que não significa somente assegurar a entrada na escola, mas também a permanência dos “homens de cor” nos bancos escolares, com acesso à instrução e ao conhecimento de rudimentos mí nimos,



que lhes possibilitessem desvincular-se de sua ignorância Nessa direção, Sousa (2019) afirma que as representações difundidas pelos editores e colaboradores de *O Exemplo* são as de que a escola, ao disseminar a luz do conhecimento, coopera para a boa marcha da sociedade, bem com estaria cumprindo seu desiderato de alcançar o progresso da nação.

A expressão de que o governo “não cogitou da separação ou exclusão de classes, por diversidade de raça” aponta que o Estado amplia seu dever de ofertar escolas e instrução para todos. Contudo, mais à frente, a editoria registra: “Mas sabemos. E que não convém a essa parte social, possuída de uma estulta soberba contra os *homens de cor* que esta raça, capaz de grande empreendimento, deva instruir-se suficientemente”, de modo a “travarem [lides] pelo progresso moral e material do país” (*O Exemplo*, 08 de janeiro de 1893).

A incompreensão diante da garantia dos direitos reservados e proclamados pela República é enfatizada em várias edições do jornal *O Exemplo*, pois ainda não havia sido permitido que esses direitos fossem assegurados aos “homens de cor”. Nessa direção, Perus-satto (2021) registra que, por um lado, mesmo o governo oferecendo escolas públicas para uma “diversidade de raças”, por outro, um agravante insistia em permanecer: “o preconceito de cor”, principal via de exclusão do negro, levada a cabo por aqueles que deveriam, segundo a colaboradora, “Uma Democrata” (1902), “espancar as trevas” da ignorância (*O Exemplo*, 19 de outubro de 1902). Nessa direção, o colaborador Esperidião Calisto, discute:

A cor é, as mais das vezes, a razão única dada à violência feita à nossa liberdade individual, a afronta atirada ao nosso amor próprio; portanto, devemos assestar as armas da inteligência contra o preconceito que justifica a nossa presença uniforme nos arraiais do jornalismo, o qual é o cancro da nossa autonomia moral, o preconceito de raça oficialmente instituído, tendo por base a cor. Devemos protestar contra a falta de justiça na aplicação da lei; e de equidade na distribuição do ensino público por sermos contribuintes; contra a falta de garantia à nossa liberdade pessoal por sermos cidadãos (*O Exemplo*, 12 de março de 1893).

A Proclamação da República não garantiu a igualdade da diversidade de raças no país, tampouco ofereceu escolas para que os “homens de cor” fossem instruídos. Assim, os colaboradores do periódico convocam os seus congêneres, aqueles de elevado conhecimento que possam fazê-lo, pois, como aponta o colaborador, a cor é a única razão da violência que atenta contra a liberdade dos “homens de cor”. Frente aos acontecimentos, o colaborador Calisto (1893) conclama as vítimas do preconceito de cor, aqui, “os homens de cor”, a lutarem pela equidade, haja vista que também eram contribuintes e tinham os mesmos direitos que qualquer cidadão. Conforme a editoria (1893), “os homens de cor” constituíam naquele momento uma grande comunhão que necessitava apenas de escolas, ou seja, de serem instruídos com o conhecimento da verdade. Conforme a editoria (1893):



É uma verdade que a maioria dos nossos é completamente ignorante, mas ainda é tempo de reparar o mal, dedicando-se todos ao cultivo da inteligência e dos bons sentimentos. E se os pais não quiserem dar-se ao trabalho de já, em adiantada idade, ir estudar o abc, prestem ao menos um serviço à sua Pátria e cumpram um dever que lhes é imposto pela condição paterna, mandando os filhos para a escola, a fim de receberem aí a luz e o conhecimento da verdade (O Exemplo, 02 de abril de 1893).

A ignorância, como descrita, de fato estaria presente, fundada em dois motivos: o primeiro, os impedimentos legais de acesso à instrução dos “homens de cor”; o segundo, o fato de, mesmo depois de seis anos da Proclamação da República, não ter sido assegurada definitivamente a instrução aos “homens de cor”. Resolver esse “cancro”, com o qual foram acometidos os “homens de cor”, demandaria esforços hercúleos de uma população já adulta e trabalhadora. A saída, então, seria empreender esforços ainda maiores em torno de uma nova geração para o “cultivo da inteligência e dos bons sentimentos” desde a tenra infância (SOUSA, 2019).

Segundo a editoria (1893), é na escola que se recebe “a luz e o conhecimento da verdade”, mas, para que isso ocorra, é necessário que os pais se comprometam a mandar seus filhos à escola. Essa representação, inscrita em *O Exemplo*, torna a escola a responsável por levar a luz do conhecimento aos “homens de cor”, prestando, assim, “um serviço à sua Pátria”. A esse respeito, o colaborador Miguel Cardoso (1893) escreve:

Se o dever de cada cidadão é trabalhar para o engrandecimento de sua pátria, não é menos o da imprensa de trabalhar para a civilização dos povos, por isso, nós nos achamos dispostos a travar luta contra a ignorância, convictos de levá-la de vencida, propagando os benefícios que a instrução deve trazer à raça que, quase meio século, sofreu o obscurantismo e gemeu ao peso da mais ignominiosa opressão (O Exemplo, 25 de junho de 1893).

Essa formulação exemplar expõe como historicamente a “raça”, aqui se referindo aos “homens de cor”, sofreu o obscurantismo da ignorância. Frente a isso, incumbe a imprensa de lutar contra esse mal e propagar os benefícios da instrução, da escola e do conhecimento. Isso porque, a partir desse impresso, a editoria e seus colaboradores expunham insistente representações desses benefícios reservados aos “homens de cor”, que, com o conhecimento da verdade, poderiam vir a reclamar seus direitos até então postergados. Na sequência, o colaborador Miguel Cardoso (1893) escreve:

[...] hoje, que o direito fraterno assistente – aos homens de cor como membros da comunhão brasileira, – cumpre-nos, sendo descendentes desta raça, colaborar para o complemento da grande obra da civilização moderna, mostrando-lhes o caminho da instrução em cuja estrada se encontra a entrada do edifício da igualdade social (O Exemplo, 25 de junho de 1893).



A instrução, como obra da civilização, que tudo melhora, só é possível quando os “homens de cor” caminham em direção ao templo do saber, ou seja, em direção à escola e, imbuídos dos conhecimentos necessários podem reivindicar a igualdade social. Nesse sentido, de a instituição escola ser benéfica para os “homens de cor”, Peres (2002, p. 26) anuncia uma série de adjetivos para a Biblioteca Pública Pelotense, tais como: “santuário, Pórtico Ático, augusta santuário das letras, templo da ciência, farol brilhante, templo do saber, benemérita instituição, instituição de caridade espiritual”, que retratam a relação existente entre a linguagem e a realidade social da época. A propósito, Miguel Cardoso (1893) acrescentava:

É por isso que damos o brado de alarme, alimentando em nosso coração a fé de que esse brado repercutirá em todos os ângulos deste Estado, despertando os nossos irmãos que se têm olvidado de mandar ao colégio seus filhos para receberem a instrução tão necessária à vida do homem, desse princípio de levantamento intelectual há de forçosamente vir o progresso e a felicidade de nossa raça, quiçá uma das mais inteligentes do universo! (O Exemplo, 25 de junho de 1893).

Chamar a atenção dos pais e de toda a sociedade é um imperativo do jornal *O Exemplo*, pois, sabedores do estado intelectual e moral dos “homens de cor”, seus esforços não cessam. Enviar os filhos para a escola é, definitivamente, uma necessidade urgente, a fim de que, recebendo a luz da verdade, possam aliviar-se do peso da ignorância, entendida e identificada como atraso (SOUZA, 2020). Logo, enviar os filhos de “cor” para escola é cooperar para o progresso da Pátria. Nesse sentido, escreve: “vossa filha não será feliz enquanto a mão paterna deixar de encaminhá-lo na vereda da instrução, a fim de cultivar-lhe a inteligência, preparando-o assim para maiores cometimentos” (O Exemplo, 25 de junho de 1893).

Na continuidade de sua participação, Cardoso (1893) disserta que “muitos pais e mães esquecem o dever que têm de educar seus filhos, sem pensar que assim concorrem para que a ignorância seja mantida ainda muito além de nossa expectativa” (O Exemplo, 02 de julho de 1893). Novamente, reforça que os pais devem, tão prontamente, atender a essa solicitação anunciada, visto que, impedindo seus filhos de frequentarem a escola, contribuem para a permanência do estado de ignorância dos seus. Essa afirmativa está associada às notícias acerca da abertura de aulas públicas de instrução primária que, para Bahia (2016, p. 53), marcam a presença do “discurso médico-higienista” no Brasil.

Miguel Cardoso (1893) assegura que, “se visitarmos, uma a uma, essas aulas, não encontraremos ali, entre cem frequentadores, vinte meninos de cor; isso prova suficientemente o escuro ou pouca importância que tem a instrução, para a maior parte de nosso meio” (O Exemplo, 02 de julho de 1893). Na sequência, registra que a população de cor



é muito superior em número à população branca, conforme dados do Recenseamento do Brasil disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 1872 e 1900. Segundo o colaborador:

Vemos, com profundo pesar, meninos cuja inteligência deverá ser aproveitada, infestando diariamente as ruas e praças, da vida ociosa do vendedor de balas, até que se façam homens, sem educação nem meios de vida honesta; outros, entrando no caminho do vício do jogo, disfarçado em divertimento da infância, enquanto os pais assistem impassíveis o prólogo da vida que terá seu filho (O Exemplo, 02 de julho de 1893).

Ao lamentar que houvesse crianças entregues, nas ruas da capital, às alegrias momentâneas, indica a escola como um lugar no qual poderiam aperfeiçoar suas inteligências. Novamente, pode-se identificar, com relação a essa referência, os discursos higienistas que dirigirem campanhas moralizadoras contra essa realidade (PESAVENTO, 2001).

A escola, como um lugar de instrução, indica o caminho para que essas crianças se façam homens com educação. Essa é uma das poucas vezes em que aparece a referência à educação. Logo, a educação, como citada pelo autor, resulta da instrução que acontece na escola. Esse pensamento fica evidente quando o colaborador conclui o texto com a afirmação de que “nossa arma será a instrução, porque sem ela não há ciência e a ciência é o conhecimento certo e evidente das coisas pelo princípio metódico” (O Exemplo, 02 de julho de 1893).

A editoria (1895) aponta que um dos anseios dos pais, ou chefes de família, é que os filhos, ao mesmo tempo em que aprendam algum rudimento do saber escolar, possam também aprender alguma arte que lhes possibilite ganhar algumas moedas. Quanto a isso, critica os pais que utilizam artifícios para saírem pela tangente ao negligenciarem a instrução dos filhos, contribuindo para a persistência da ignorância. Segundo a editoria, “o ensino primário sempre foi gratuito”, de modo que, após sua conclusão, os alunos poderão continuar a estudar, ocupando seu tempo com algo que lhes renda certo honorário, “frequentando as escolas noturnas, de uma mocidade ao alcance dos mais pobres” (O Exemplo, 03 de novembro de 1895).

O argumento exposto indica que o ensino primário e gratuito oportunizou, para além do acesso e apesar das desistências, a possibilidade de superar a ignorância pela instrução. Quanto a esse fato, do acesso de alunos pobres ao conhecimento escolar, a editoria (1895) é propositiva no sentido de dar a ler informativos sobre alunos que conseguiram acender a uma colocação devido à sua frequência escolar. Entre os exemplos, cita “Manoel Victorino, filho de um operário, como todos, pobre e que ‘por si’ elevou-se ao cargo



de segundo magistrado deste país!” (O Exemplo, 03 de novembro de 1895). Muitos outros exemplos podem ser lidos em *O Exemplo*, que anuncia um número crescente de jovens em colocações como a de Victorino.

Santos (2011, p. 158) aponta que “os redatores procuravam afirmar a capacidade intelectual dos negros com a divulgação de exemplos de pessoas que haviam conseguido, por meio da busca da instrução e do aperfeiçoamento do conhecimento, melhorar suas vidas”. Na mesma direção, a produção intelectual de Sousa e Camargo (2023) indica que aqueles que tiveram acesso ao funcionalismo público são exemplos de pessoas que ascenderam profissionalmente, o que seria possível a todos os “homens de cor”. Entretanto, cabe registrar que essa conquista não se dá de forma tranquila nem natural, pois os “homens de cor” empreenderam diversas estratégias de resistência, especialmente ao preconceito de cor, para frequentarem escolas.

Entretanto, o colaborador Juvenal (1897) lembra que o regime republicano não oportunizou, por completo, o exercício dos direitos dos “homens de cor”, que careciam de escola para o cultivo de seus talentos (O Exemplo, 21 de janeiro 1897). Ele chama atenção para os benefícios da escola enquanto espaço para o desenvolvimento intelectual dos “homens de cor”, bem como para o alinhamento ao ideal de progresso e civilidade da nação. A editoria (1902) escreve:

Uma das primeiras carências do nosso meio social é honestamente a instrução. Os nossos homens [...] são desde muito novos atirados às oficinas, aos braços do trabalho antes de terem podido acumular uma bagagem intelectual de conhecimentos que foram necessários em toda a vida e não podem, quando por reflexão a avaliar o mal que a falta de conhecimentos lhe acarreta, repará-lo porque seus ganhos bastam apenas para suas necessidades e o governo não mantém aulas noturnas onde os filhos do povo possam instruir-se (O Exemplo, 12 de outubro de 1902).

O primeiro destaque que se faz necessário nesse excerto é que a principal carência dos filhos do povo, segundo a editoria, era a instrução dada nas escolas para que pudessem adquirir conhecimento para a vida. Essa carência residia em um problema mais grave, pois, desde a tenra idade, esses infantes eram atirados ao trabalho, antes de acumularem qualquer bagagem intelectual. A partir desse cenário, levado ao conhecimento da sociedade, havia um tom de denúncia, uma vez que o governo não ofertava aulas noturnas aos filhos do povo, de modo que, carentes de instrução, pudessem se instruir. A esse respeito, Muller (2013, p. 16) afirma que, “convencidos de que o governo não cumpriria sua obrigação e pensando já ser mais do que a hora de propor uma alternativa, o grupo dirigente de *O Exemplo* clamou o auxílio de homens e associações negras” para fundar uma escola noturna, cujo nome seria “O Exemplo”.



A abertura de uma escola noturna foi assunto comentado pela editoria (1902) quando escreve que, “em outros tempos, quando o país ainda não estava constituído democraticamente, quando um trono pesava sobre os brasileiros e o imperador para ter soldados dedicados na sua defesa, precisava de ignorantes” (O Exemplo, 12 de outubro de 1902), poder-se-ia justificar a ausência de aulas noturnas.

Diante da ausência de ações do governo para a abertura de escolas noturnas, a editoria (1902) se pronunciou da seguinte forma: se “o governo não cria escolas noturnas, criamo-las nós” (O Exemplo, 12 de outubro de 1902). A editoria (1902) observava que, para manterem sua existência, “os homens de cor”, precisavam, durante o dia, ocupar o seu tempo no trabalho e, convencida de ser isso uma necessidade, inicia o trabalho para a abertura de uma escola noturna, para o que declara contar com homens e associações de seu meio (O Exemplo, 12 de outubro de 1902). A esse respeito, a colaboradora, sob a assinatura “Uma Democrata” (1902), faz o seguinte apontamento:

Se em todos os corações existisse o fogo crepitante da fé e o riso censurador da esperança, essa Escola Noturna que O Exemplo anuncia seria o ponto para onde convergiriam todas as ideias, todas as atividades. Mas qual! Um desalento profundo, uma inércia cruel se apodera de todos os peitos, e quem sabe se esta ideia duplamente altruísta não provocou risos de escárnio, condenáveis impropérios! Que valerá então que peitos nobres queiram sacrificar-se pelo levantamento moral de nosso povo, se outros não se unificam com ele e não tomam por divisa esta frase – Querer é poder! (O Exemplo, 19 de outubro de 1902).

A colaboradora lamenta que o fogo crepitante não estivesse presente em outros corações para realizar a abertura de uma escola noturna, tão necessária ao levantamento moral e intelectual dos “homens de cor”. Contudo, se por um lado é possível identificar uma esperança na abertura de uma escola noturna em Porto Alegre, por outro é possível destacar o caso da Biblioteca Pública Pelotense, já referida, abordada por Peres (2002) como obra necessária e útil aos trabalhadores no final do século XIX para “instruir as classes populares”, inclusive os “homens de cor”. Nesse sentido, a autora afirma:

A elite pelotense desejava, efetivamente, que Pelotas ostentasse o título de mais civilizada e instruída das cidades gaúchas e, quiçá, brasileiras. Assim, ganhou força entre alguns de seus membros a ideia de que a instrução e a formação dos homens das classes populares era uma tarefa que lhes cabia. [...]. Associou-se ao projeto de instrução, a educação moral, que visava à formação de hábitos e atitudes compatíveis com o que era considerado um bom trabalhador (PERES, 2002, p. 160).

A iniciativa, entre os anos de 1875 e 1915, desencadeada pela elite pelotense, de criação dos cursos noturnos de instrução primária, direcionados, sobremaneira, aos homens adultos e meninos pobres, apresentava um programa bem definido no sentido de inculcar normas de disciplinamento, como também valores sociais que reforçavam a necessidade



do trabalho como forma de combater o ócio e a vagabundagem. Em alguma medida, é provável que a editoria e os colaboradores de *O Exemplo* não desconhecessem iniciativas de abertura de escolas para a instrução popular em outras localidades. No mesmo ano, a editoria (1902) escreve sobre como o cultivo de um passado de ignorância interferia de forma perversa na vida daqueles que não tomavam o caminho da escola:

Os homens atirados à noite da ignorância, não encontrando melhores diversões que as tavernas e os bordéis a elas se entregam, não podendo embriagar-se nos encantos que as ciências guardam em seus arcanos, procuram a embriaguez no álcool, não tendo noção de dignidade que não seja a repulsa do insulto pela força bruta, lá, vem um dia em que tentam o homicídio e mesmo o consumam; sem proteção, sem trabalho muitas vezes, e sempre sem mais do que o estritamente necessário para não morrer de fome, sem o escudo da instrução para defendê-los dos golpes de desejos imoderados, sem o conhecimento dos deveres que ponham freio aos assomos de sua animalidade, cometem [...] lenocínio, o roubo (*O Exemplo*, 11 de dezembro de 1902).

O excerto transscrito pretende sensibilizar os “homens de cor” para a necessidade de procurarem uma escola para instruírem-se e sobre os benefícios que a instrução poderia proporcionar. A escola como reduto de difusão de deveres e direitos dos “homens de cor” pode contribuir para um “embriagar-se nos encantos” das ciências. Em posse dessa consciência, saberiam se proteger e ter domínio sobre si. Ao fazer essa exposição, a editoria (1902) escreve:

Dirão muitos que somos pessimistas ou que fazemos oposição sistemática, porque havendo no Estado setecentas escolas mantidas pelo governo, há meios de instruir-se o povo. Porém, não somos pessimistas nem queremos fazer oposição a ninguém; reconhecemos um mal, queremos na medida de nossas forças remediá-lo – eis tudo (*O Exemplo*, 11 de dezembro de 1902).

Vale destacar, primeiramente, a expressão utilizada no final do excerto “eis tudo”, o que permite depreender que o colaborador sugere que a missão de *O Exemplo* é mostrar ao povo o caminho da escola, da instrução. Com essa declaração, comprehende-se que a ignorância é um mal que precisa ser superado e que o caminho era a instrução. De acordo com Santos (2013, p. 13), os intelectuais que fundaram e mantiveram as publicações do jornal *O Exemplo* imprimiram suas imagens como pessoas engajadas por uma causa: a superação da discriminação racial e da falta de instrução escolar, principal meio para a mobilidade social e a integração dos “homens de cor” na sociedade de classes. Em outra passagem, novamente, a editoria (1902) descreve a ausência de escolas noturnas para a instrução dos filhos dos pobres:

É necessário, pois, que a iniciativa particular posta entre o poder do Estado e o Povo, aproveitando o auxílio e a boa vontade de ambos, procure realizar a obra que ao Estado seria impossível levar a efeito. Os filhos dos proletários necessitam de instrução, a maior parte dos desprotegidos da fortuna necessitam dos meios de instruir-se, os trabalhadores têm sede de saber, porém o dia está roubado pela necessidade do pão e há falta de escolas noturnas [...] (*O Exemplo*, 18 de dezembro de 1902).



No excerto, sobressaem-se duas manifestações bem definidas quando aborda a ausência de escolas noturnas: as queixas e as denúncias constantes e recorrentes ao longo das publicações de *O Exemplo*. Considera-se que inteligências se estiolam no estado terríficante de ignorância em que os filhos dos pobres estavam submersos, assim o acatamento de uma proposta de projeto como o do Atheneu Popular, de iniciativa particular, seria uma oportunidade de instrução, de fato, para os desprotegidos de fortuna. Nesse sentido, para levar a efeito essa “obra útil ao povo”, a editoria (1902) apela às associações de diversos gêneros, solicitando auxílio a fim de realizar essa obra. Contudo, poucos tinham devotado interesse por ela, alguns porque duvidavam de seu êxito e, seguramente, outros devido à falta de cultura apresentada pela maior parte de seus membros. Ainda assim, a editoria mostrava-se confiante de que a criação de uma escola noturna viesse a ser uma realidade (*O Exemplo*, 18 de dezembro de 1902).

Em 1904, a editoria de *O Exemplo* acentuava que “homens de cor” é a raça, por origem, que apresenta as mais humildes condições sociais e, por essa razão, também a mais exposta à ignorância e ameaçada constantemente pelo vício. Diante dessa afirmação, a editoria e seus colaboradores insistem em conamar os homens esclarecidos para trabalharem na elevação moral e intelectual dos “homens de cor”, ou seja, levando “a luz do saber aos cérebros obscurecidos pelas densas nuvens da ignorância” (*O Exemplo*, 26 de junho de 1904).

Fica posto que a presença dos “homens de cor” na escola possibilitaria que fossem instruídos nas diversas áreas de estudos, a exemplo da Língua Portuguesa, dos conhecimentos de Aritmética e de idiomas em geral, entre outros, como cita o colaborador Rodrigues (1904):

As ciências têm, cada uma delas, determinados fins, porém, quaisquer que sejam, eles capacitam o homem! A mecânica apresenta-nos forças que não seriam possíveis de obter com braços. Como seria possível a travessia dos oceanos sem conhecimento da astronomia? A etiologia demonstra-nos a causa das doenças. A geologia ensina-nos a pesquisa de minerais. A química, por meio de operações a ela sujeitas, ensina-nos a utilidade de corpos existentes na natureza e que se nos afiguram inúteis. Não é por menos interessante o estudo da história universal: onde está registrado o trabalho incessante dos homens da ciência e as transformações por que têm passado as diversas nações que cobrem a superfície do globo terrestre (*O Exemplo*, 07 de agosto de 1904).

Esses conhecimentos adquiridos na escola poderiam contribuir com a formação e o cultivo intelectual dos “homens de cor” a partir do saber escolar. Nesse sentido, as considerações tecidas até aqui demonstram os esforços dos editores e colaboradores para incitar os “homens de cor” a elevarem-se acima da ignorância. Dito de outra forma, tornaram-se porta-vozes da ideia de que a escola, ao realizar seu papel de difundir o conhecimento, oportunizaria melhorar seu estado intelectual e moral. Zubaran (2008, p. 18) complementa



que isso aconteceria não somente pela instrução, mas também pelo trabalho, pois ambos “assegurariam o desenvolvimento moral e intelectual da comunidade negra”. Por isso, as inúmeras solicitações para aqueles que pudessem contribuir com a abertura de uma escola noturna, cruzada necessária e urgente para levar a luz aos cérebros obscurecidos por uma ignorância crassa e prejudicial ao progresso e, consequentemente, à nação.

Retorna-se, novamente, à contribuição do colaborador Rodrigues (1904), o qual afirmava que a abertura de uma escola noturna não se faz sem recursos e sugeria que as associações aplicassem uma parcela de seus recursos,

à fundação de um instituto instrutivo dos associados, cujas funções noturnas não prejudicariam os afazeres diários. Seria mais proveitoso do que dançar; então essa mocidade saberia, que a língua portuguesa é de uma beleza superior a todas, e que é um crime deixar de estudá-la! Que o estudo de aritmética é indispensável em qualquer dos ramos sociais. O estudo do idioma francês é imprescindível ao estudo da ciência. Álgebra é a parte das matemáticas que trata da resolução dos problemas e demonstra os teoremas, por meio de símbolos, e que, na França, Alemanha, Inglaterra e principalmente nos Estados Unidos da América do Norte, é considerada como um dos ramos de mais utilidade e interesse na instrução (O Exemplo, 07 de agosto de 1904).

A proposta de criação de uma escola noturna indica a bandeira hasteada pelos editores e colaboradores de *O Exemplo*. Os impasses diante da abertura de uma escola noturna sinalizam que tal obra não foi concretizada devido à incompREENSÃO de sua importância para prover a igualdade social, o melhoramento “do estado intelectual dos nossos ‘homens de cor’” e o usufruto de seus direitos como cidadãos (O Exemplo, 14 de agosto de 1904).

Na colaboração para *O Exemplo*, Carmem d’Aguiar (1904) escreve sobre a abertura de um estabelecimento popular de ensino cogitado entre outubro de 1902 e janeiro de 1903. Em suas palavras: “instruir os nossos é o primeiro dever dos que compreenderem as nossas necessidades e por isso eu venho nestas linhas dirigir um apelo às nossas associações para que acariciando a ideia lançada à luz por *O Exemplo*, em feliz momento, seja transformada em um fato” (O Exemplo, 21 de agosto de 1904). Chega-se, enfim, ao segundo semestre do ano de 1904, e aqueles que beberam na fonte inesgotável do saber escolar ainda não haviam dispensado seus serviços em prol do levantamento moral e intelectual dos seus.

Certos de que a missão era longa, a editoria já em sua primeira edição registrava: “nossa tarefa seja por demais espinhosa; mas... é das trevas que se chega à luz, é da ignorância que se vai à ciência” (O Exemplo, 11 de dezembro de 1892). Essa máxima se manifesta, conforme Santos (2011, p. 114), pela “atividade jornalística [...] entendida como um sacerdócio, uma vocação”, pois “acreditavam estar imbuídos de uma missão pedagógica, civilizadora”, ou seja, do incitamento dos benefícios do saber escolar para os “homens de cor”.



Considerações

Ao longo do texto, é possível identificar representações de escola circunscritas no jornal *O Exemplo* entre os anos de 1892 e 1905, ou seja, a escola como espaço que visa disseminar a instrução e o conhecimento em contraposição às trevas da ignorância. Logo, para a editoria e os colaboradores do jornal, a escola se constitui como um espaço necessário para a instrução dos “homens de cor” na república recém-instituída. Contudo, a Proclamação da República não garantiu aos “homens de cor” seus direitos, inclusive à escola e ao conhecimento, até então postergados no regime monárquico. Desse modo, a abolição não significou uma mudança substancial no cotidiano dos “homens de cor”, posto que pouco foi feito para libertá-los das trevas da ignorância.

De todo modo, a editoria e seus colaboradores indicaram que as trevas da ignorância precisavam ser removidas com a luz do conhecimento adquirido na escola. Nesse sentido, solicitavam a todos que empreendessem esforços em defesa da classe para o aperfeiçoamento moral e intelectual dos “homens de cor”, arregimentando as armas da inteligência contra o preconceito e propagando os benefícios da escola e, por extensão, da instrução e do conhecimento – responsáveis pelo progresso e pela felicidade da raça.

Nesse mesmo sentido, os editores e colaboradores fizeram circular, incisivamente, representações de escola enquanto espaço em que os “homens de cor” pudessem se livrar do cancro da ignorância e se elevar acima dela. Além disso, empreenderam esforços para que compreendessem a necessidade de uma instrução melhor, ou seja, do cuidado com sua inteligência, que se estiolava com a carência de instrução. Assim, a análise indica três personagens, por assim dizer: o primeiro, a família, que precisava assumir seu desiderato e encaminhar seus filhos à escola; o segundo, os negros de elevada cultura intelectual, que poderiam dispensar seus conhecimentos a fim de instruir os seus; e o terceiro, a sociedade, que devia levantar a bandeira em prol do melhoramento moral e intelectual dos “homens de cor”.

O chamamento em *O Exemplo* visava, em comum esforço, incitar à frequência escolar, posto que a instrução e o conhecimento nivelam os homens de todas as origens e de todas as raças. Ou seja, o jornal *O Exemplo* assumiu, até o final de sua primeira e segunda fase, uma espécie de “bandeira” em prol da escola e, consequentemente, da instrução e do conhecimento, sendo possível assegurar que *O Exemplo* se constituiu como um impresso importante na formação intelectual de seus leitores. Isso porque seu programa é simples e se circunscreve sob duas perspectivas: “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos” (*O Exemplo*, 11 de dezembro de 1892).



Para encerrar, cabe registrar que procurou-se demonstrar, a partir dos excertos extraídos, correspondentes à primeira e segunda fase do jornal *O Exemplo*, indícios e vestígios que sinalizam os benefícios do saber escolar para os “homens de cor” e, para continuidade da investigação, pretende-se também analisar as duas últimas fases, terceira e quarta, na tentativa de compreender se houve, ou não, novos elementos para a reflexão da temática aqui discutida.

Referências

BAHIA, Cristina Camaratta Lins. Aprendendo a ser negro (a): representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal *O Exemplo* (1892-1910). Porto Alegre, 2016, 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPG em Educação. Universidade Luterana do Brasil. Porto Alegre, 2016.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CORBIN, Alain. O prazer do historiador. **Rev. Bras. Hist.**, vol.25, n.49, pp 11-31, 2005.

FONSECA, Marcus Vinícius. A população negra no ensino e na pesquisa em história da educação no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

GIL, Natália; GRANDO, Luísa. História da escolarização da criança pobre: algumas imbricações entre escola, trabalho infantil e caridade (Rio Grande do Sul, Brasil). **Currículo Sem Fronteiras**, v. 22, p. 1-26, 2022.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Elementos estáticos da teoria política de Augusto Comte: as pátrias e o poder temporal. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 23, p. 63-78, nov. 2004.

MULLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**: Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Porto Alegre: Pragmata, 2013.

O EXEMPLO. **Jornal O Exemplo** (1892-1905). Disponível em: <http://afro.culturadigital.br/colecao/o-exemplo/> Acesso em 03 de novembro de 2022.

PERES, Eliane Teresinha. “**Templo de Luz**”: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875 - 1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PERUSSATTO, Melina. Esperidião Calisto e o preconceito escolar com base na cor: educação, cidadania e racialização no século XIX (Porto Alegre, Rio Grande do Sul). **Tempo**, vol. 27 n. 2, Maio/Ago. 2021.



PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

SANTOS, José Antônio dos. Estratégias étnicas e trajetórias de intelectuais negros. **VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. UFSC, 2013.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História**: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Porto Alegre, 2011, 281f. Tese (Doutorado em História) – PPG em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SILVA, João Carlos da. Utopia positivista e instrução pública no Brasil: alguns apontamentos. **Varia Scientia**, v. 5, n. 9, p. p. 79–88, 2007.

SOUSA, Ricardo Costa de. **InSTRUÇÃO e circulação da palavra escrita**: o caso do jornal O Exemplo (Porto Alegre, RS, 1892-1930). 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre/RS, 2019.

SOUSA, Ricardo Costa de. Levantamento moral e intelectual dos homens de cor: o caso do jornal O Exemplo, Porto Alegre, RS (1892-1905). **Via Atlântica**, São Paulo, n. 37, pp. 67-94, dez. 2020.

SOUSA, Ricardo Costa de; CAMARGO, Cássio Michel dos Santos. Intelectuais negros: a instrução no jornal O Exemplo (Porto Alegre/RS, 1892-1897). **Revista África e Africanidades**, v. 1, p. 123-136, 2023.

STEPHANO, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol III: século XX. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diáspóricas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008.

Recebido em: 09/11/2023

Aceito em: 24/09/2023